

# O Jornalista e o Intelectual - Uma Análise do Agendamento no *Jornal Pessoal*<sup>1</sup>

Maria do Socorro Furtado VELOSO<sup>2</sup>

Unifae, São João da Boa Vista, SP

## RESUMO

Este artigo sintetiza os resultados de tese de doutoramento defendida em março de 2008 na Escola de Comunicações da Universidade de São Paulo, sobre os 20 anos do *Jornal Pessoal*, um quinzenário alternativo produzido pelo jornalista Lúcio Flávio Pinto. O periódico foi criado em 1987, em Belém (PA), e representa um modelo de imprensa independente no Brasil da pós-ditadura. Com peculiaridades no formato, linguagem e modelo de financiamento, tem na ausência de publicidade uma de suas principais características. A linha editorial é inspirada no I.F Stone's Weekly, um semanário produzido durante 19 anos, entre 1952 e 1971, nos EUA. Este estudo pretende demonstrar de que forma seu editor consolida, por meio de análises sobre a mídia paraense, a função de intelectual público. Como procedimento metodológico, utiliza a pesquisa documental e bibliográfica, entrevista e análise de conteúdo.

**PALAVRAS CHAVE:** *Jornal Pessoal*; Lúcio Flávio Pinto; imprensa alternativa

## Introdução

Russell Jacoby (1990) situa os jornalistas entre os únicos grupos sociais, além dos acadêmicos, que têm como tarefa escrever sobre as questões públicas. Fazem isso fora da academia, e muitas vezes em contraponto a ela, especialmente nos jornais impressos. As contribuições dos jornalistas ao debate intelectual diminuem, porém, à medida que declina a qualidade do conteúdo analítico dos jornais, cada vez mais interessados nas chamadas coberturas “leves”.

A decadência das grandes cidades, a expansão da TV como forma de lazer, a diminuição do número de jornais e das diferenças entre eles, reduziram o papel dos meios impressos como espaço público para o debate político e cultural (JACOBY, 1990, p. 236-237). Associados a esses fatores, o inchaço das universidades e a fragmentação da

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao NP Jornalismo do NP-Intercom – Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação, do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

<sup>2</sup> Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo e professora de Jornalismo do Unifae (SP)

audiência contribuem para o desaparecimento do intelectual público – sujeito social definido por Jacoby (1990, p. 249) como um “espírito incorrigivelmente independente que não responde a ninguém”, comprometido com um “mundo público” e “uma linguagem pública”.

O historiador norte-americano defende a crítica de Noam Chomsky, registrada em *Language and responsibility* (1979), aos intelectuais como “escravos do poder”. O que Chomsky pretende, diz Jacoby (1990, p. 212), é que os intelectuais se manifestem como cidadãos, e os cidadãos, como intelectuais. O comportamento hostil contra os críticos não autorizados serviria apenas para garantir a segurança dos especialistas. No caso de Chomsky, um lingüista, essa hostilidade se manifesta com frequência quando ele condena a política externa dos EUA: “Tenho sido contestado sobre minhas credenciais ou indagado sobre o treinamento especial que me habilita a falar desses assuntos. A suposição é de que pessoas como eu, que são estranhas de um ponto de vista profissional, não têm direito para falar tais coisas” (CHOMSKY, 1979, apud JACOBY, 1990, p. 212).

A necessidade de participar das lutas sociais e políticas é, no entanto, uma característica inerente aos intelectuais, observa Norberto Bobbio (1997). Essa condição possibilita o exercício do poder ideológico pelo uso da palavra, do qual decorre a produção de idéias, ensinamentos e visões de mundo. Por essa razão, não podem ser desconsiderados pelo poder dominante, ainda mais porque lidam com uma função política que lhes é própria.

[...] a conduta do intelectual deve ser caracterizada por uma forte vontade de participar das lutas políticas e sociais do seu tempo que não o deixe alienar-se tanto a ponto de não sentir mais aquilo que Hegel chamava de “o elevado rumor da história do mundo”, mas, ao mesmo tempo, por aquela distância crítica que o impeça de se identificar completamente com uma parte até ficar ligado a uma palavra de ordem (BOBBIO, 1997, p. 79).

Impedir que o monopólio da força se transforme em monopólio da verdade é a primeira tarefa dos intelectuais, afirmou o filósofo italiano falecido em 2004, que preferia referir-se não a *engajamento*, mas a *responsabilidade*: “[...] importa não que o homem de cultura se engaje ou não”, mas o objeto pelo qual se engaja ou não, e como faz isso, “assumindo todas as responsabilidades de sua escolha e das conseqüências que dela

derivam” (BOBBIO, 1997, p. 100). É apenas com base nessas responsabilidades que o intelectual deve ser julgado. O que conta para Bobbio, em última análise, é a causa.

Em artigo reproduzido pelo jornal Folha de S. Paulo em agosto de 2006, Jürgen Habermas também refletiu sobre o papel dos intelectuais na contemporaneidade. Segundo o filósofo alemão, o que esses intelectuais ambicionam é “uma esfera pública capaz de lhes servir de caixa de ressonância, alerta e informada”, onde “a política não se dissolve na atividade do Estado”. O que importa é a presença de uma “cultura política da contradição”, na qual as “liberdades comunicativas dos cidadãos podem ser desencadeadas e mobilizadas” (HABERMAS, 2006).

Empenhados em elevar o nível do debate público a partir dessa “cultura da contradição”, os intelectuais, contudo, vêm sendo afetados por uma nova mudança estrutural na esfera pública. Como atesta Habermas no referido artigo, essa mudança se manifesta na reorientação da comunicação e do jornalismo para a internet e a televisão, que ampliou a esfera pública midiática e promoveu um intercâmbio de intensidade sem paralelo em épocas anteriores. Para os intelectuais, o custo dessa descentralização é a perda de “foco”:

[...] os intelectuais parecem morrer sufocados diante do transbordamento desse elemento vivificador, como se ele lhes fosse administrado em overdose. A bênção parece transformar-se em maldição. As razões para isso me parecem ser uma informalização da esfera pública e uma indiferenciação dos correspondentes papéis.

A utilização da internet simultaneamente ampliou e fragmentou os nexos de comunicação. Por isso a internet produz por um lado um efeito subversivo em regimes que dispensam um tratamento autoritário à esfera pública. Por outro lado, a interligação em redes horizontais e informalizadas de comunicação enfraquece ao mesmo tempo as conquistas das esferas públicas tradicionais, pois estas enfeixam no âmbito de comunidades políticas a atenção de um público anônimo e disperso para informações selecionadas, de modo que os cidadãos podem ao mesmo tempo se ocupar dos mesmos temas e contributos criticamente filtrados (HABERMAS, 2006).

Diante desse quadro, os intelectuais devem buscar a diferenciação dos “especialistas” e “jornalistas inteligentes” a partir do que Habermas chama de “faro

vanguardista para relevâncias”. Essa atitude, porém, demanda algumas virtudes “não-heróicas”:

uma sensibilidade desconfiada diante de lesões da infra-estrutura normativa da sociedade; a antecipação cautelosa de perigos que ameaçam a dotação mental da forma da vida política comum; o senso do que falta e “poderia ser diferente”; um pouco de imaginação para a projeção de alternativas; e um pouco de coragem para a polarização, a manifestação inconveniente, o panfleto (HABERMAS, 2006).

Combinadas, as reflexões de Jacoby (1990), Chomsky (1979), Bobbio (1997) e Habermas (2006) contribuem para a compreensão do modelo de imprensa praticado há 20 anos pelo jornalista paraense Lúcio Flávio Pinto. Um dos mais conhecidos nomes do jornalismo na Amazônia e com passagens por veículos da grande imprensa nacional, como *O Estado de S. Paulo*, *Realidade* e *Veja*, Lúcio edita há duas décadas o *Jornal Pessoal* (JP), um quinzenário alternativo com formato provavelmente único no Brasil.

### **Vinte anos do Jornal Pessoal**

A reconstituição dos 20 anos de história do JP é o objetivo central da tese de doutoramento intitulada “Imprensa, poder e contra-hegemonia na Amazônia: 20 anos do Jornal Pessoal”, defendida em março de 2008 na Escola de Comunicações da Universidade de São Paulo. Considerado a mais importante e longa experiência alternativa do jornalismo amazônico, o periódico é conduzido solitariamente pelo jornalista Lúcio Flávio Pinto. Criado em 1987, em Belém (PA), representa um modelo de imprensa independente no Brasil da pós-ditadura. Com peculiaridades no formato, linguagem e modelo de financiamento, tem na ausência de publicidade uma de suas principais características. A linha editorial é inspirada no I.F Stone’s Weekly, um semanário produzido durante 19 anos, entre 1952 e 1971, nos EUA, pelo jornalista Isidore Stone.

O que Lúcio Flávio Pinto escreve em seu alternativo são, primordialmente, análises: textos de caráter argumentativo e/ou especulativo, necessariamente decorrentes de fatos ocorridos ou previstos. Mesmo nos textos mais curtos do JP o tom é de suelto: aquilo que se informa é sempre objeto de comentário, em geral espirituoso ou irônico. O próprio jornalista admite não produzir reportagens ou notícias no *Jornal Pessoal*:

O *Jornal Pessoa* é uma agenda amazônica. Ele quer entrar na agenda dos cidadãos, quer fornecer informação útil. Não adianta minha informação estar num belo trabalho acadêmico se não está disponível aos agentes sociais, aos personagens, aos atores, ao príncipe da história. O *Jornal Pessoa* é sempre analítico. Mas analítico com base nos fatos, nas informações. A minha trajetória no jornalismo é exemplar no sentido de que eu sempre fui um escravo dos fatos.[...] As matérias do *Jornal Pessoa* não são notícias, não são reportagens, não são artigos. São análises. Elas são uma auditoria dos fatos. Eu, como jornalista, sou auditor do povo. E não existe, na estrutura institucional da nossa sociedade democrática, auditoria mais popular que a do jornalista.<sup>3</sup>

Sendo um jornal de um homem só, o JP vale-se da qualidade da argumentação em torno dos fatos para existir como produto intelectual na esfera pública paraense. O caminho da argumentação é dado muitas vezes pela pergunta retórica, caracterizada pela ênfase, por meio de interrogação, a algo que se pretende afirmar. Para efeito ilustrativo, das 401 manchetes de edição do JP consultadas para esta pesquisa, a pergunta retórica aparece em 65 delas. O recurso também está presente de modo recorrente nas “janelas” – textos curtos que antecedem os artigos.

### **O JP e a imprensa do Pará**

Neste artigo, estão sintetizadas as conclusões resultantes da análise de conteúdo a que foram submetidas 401 edições do jornal publicadas entre setembro de 1987 e setembro de 2007. O objetivo é demonstrar de que forma seu editor consolida, por meio do jornal, a função de intelectual público, a qual incorporou depois de exercer o jornalismo diário por 21 anos. O estudo utiliza como procedimentos metodológicos a pesquisa documental e bibliográfica, entrevista e análise de conteúdo.

O ponto de partida foi a leitura integral de 401 edições do *Jornal Pessoa*. Paralelamente, efetuou-se o registro das manchetes de capa – título e texto introdutório (ou “janela”) – em um campo específico. A classificação dos artigos destacados na primeira página permitiu identificar os assuntos de interesse do JP. O enfoque dado a esses assuntos conduziu à sua sistematização em subtemas, que, na seqüência, foram reorganizados em oito categorias temáticas. Acredita-se que essas categorias evidenciam as prioridades do JP. São elas: Cenários Políticos, Grandes Projetos, Conjuntura Estadual (Pará), Conjuntura

---

<sup>3</sup> Entrevista de Lúcio Flávio Pinto à autora em 18 jul. 2005

Amazônica, Imprensa, Escândalos, Crimes de Encomenda e Conjuntura Municipal (Belém).

A categorização permitiu organizar o *corpus* para, então, submetê-lo à análise de conteúdo. Com essa ferramenta metodológica buscou-se colocar em evidência a argumentação elucidativa e/ou especulativa feita de Lúcio, e, por conseguinte, sua postura diante dos fenômenos políticos, econômicos e sociais da região. O estudo priorizou o aspecto qualitativo das mensagens, por meio da seleção de trechos que pudessem ilustrar os posicionamentos de Lúcio, e suas formulações críticas e/ou propositivas.

Para o presente artigo foi selecionada a categoria Imprensa. A histórica associação entre poder político e poder midiático no Pará, e suas conseqüências para o Estado, nos últimos 20 anos, estão registradas nas páginas do JP desde as primeiras edições. Trinta e seis capas (8,9% do total) foram dedicadas à categoria nas duas décadas de trajetória do periódico, com ênfase para a presença na mídia nas disputas políticas, a concorrência entre os grupos Maiorana e Barbalho, proprietários dos maiores grupos de comunicação locais, e o próprio *Jornal Pessoal*.

As análises feitas por Lúcio têm importância vital por serem únicas, considerando-se que ninguém se ocupou tanto dos acontecimentos recentes no campo da imprensa paraense como o editor do JP. Ao mesmo tempo, devem ser valorizadas pela contextualização que oferecem, à medida que desfazem as tramas urdidas entre grupos políticos e empresas jornalísticas visando à conquista da opinião pública em nome de interesses privados.

A montagem e expansão do império de comunicação do ex-governador e atual deputado federal Jader Barbalho (PMDB), por exemplo, foi testemunhada desde o nascedouro pelo *Jornal Pessoal*. Na edição nº 55, de janeiro de 1990, sob o título “O novo imperador”, Lúcio escreveu:

Em 1983, quando assumiu o governo do Estado, Jader Fontenelle Barbalho dispunha apenas de um pequeno jornal, com tiragem limitada, editado precariamente. Na semana passada, sete anos depois, o ministro da Previdência Social [*no governo Sarney*] passava a ser dono da segunda maior rede de comunicações do Pará, formada por um jornal modernizado, duas emissoras de rádio e a mais bem instalada estação de televisão. Por nove milhões de dólares, segundo uma fonte bem próxima da transação, ou sete milhões, segundo outras fontes, a TV RBA saiu do controle do grupo Belauto e passou a fazer parte do Sistema Clube do

Pará, um título auto-assumido que não esconde a estratégia de competir com o Sistema Romulo Maiorana, detentor do principal império de comunicação do Estado.

[...]

Esses números naturalmente estimulam o leitor mais crédulo a perguntar-se sobre a origem desses fundos. A biografia de Jader Fontenelle Barbalho, confrontada com o patrimônio que formou, gera um estado de perplexidade (PINTO, 1990, p. 1-2).

Quanto ao envolvimento dos jornais nas disputas eleitorais, em julho de 1991 Lúcio observou que os palanques armados no ano anterior, para as eleições estaduais, continuavam de pé no Pará, agora por meio dos jornais. O objetivo, dessa vez, era a campanha para a prefeitura:

Se essa ameaça de disputa começa a aquecer as páginas até então gélidas dos jornais, pode substituir nelas a informação pela opinião e dirigir o noticiário conforme os interesses em jogo. Nos pontos extremos, em que estão o Sistema Romulo Maiorana de Comunicação e o grupo do governador Jader Barbalho, trata-se de uma luta de vida ou morte. Cada um dos antagonistas só admite sobreviver se for à custa do aniquilamento do outro. [...]

O grupo Liberal apostou todas as suas fichas na vitória do candidato do então governador Hélio Gueiros, o ex-prefeito Sahid Xerfan [*que foi derrotado por Jader nas eleições estaduais do ano anterior, 1990*]. Para transformar-se no principal instrumento de divulgação da chapa oficial, foi presenteado com a mais pesada campanha publicitária que uma empresa jornalística recebeu de um governo do Estado nos últimos anos. “O Liberal” deixou de lado o jornalismo para se tornar um órgão de partido, tão envolvido que demorou até admitir que Jader Barbalho era governador eleito e citá-lo nominalmente no noticiário, do qual foi expurgado – exceto quando era alvo de críticas – nas duas passagens pelo ministério Sarney.

[....]

Com o apoio de Orestes Quércia (que lhe arranhou a Editora Bauru, ainda hoje a razão social da firma), Jader criou o precário “Diário do Pará” e melhorou-o graças às extensões de poder que exerceu. O grupo Liberal e ele foram, durante seu primeiro governo, inimigos cordiais ou amigos desconfiados, conforme as variações da conjuntura. Antes da violenta campanha eleitoral do ano passado [*em 1990, para o governo do Estado*] quebrar todas as aparências de cordialidade, a disputa comercial entre os dois grupos de comunicação, que só podem se expandir colidindo, jogou-os na guerra aberta. Política e negócios passaram a se confundir num nó quase impossível de desfazer (PINTO, 1991, p. 1-2).

As contendas entre os dois grupos de comunicação foram capa de quatro das 401 edições do JP analisadas neste estudo: nº 325, de junho de 2004; 341, de março de 2005; 385, de fevereiro de 2007; e 396, de julho de 2007. O embate começou com a fundação do Diário, em agosto de 1982, e se intensificou nos 25 anos seguintes.

Sobre os conflitos entre os Maiorana e os Barbalho, expressos em reportagens e notas publicadas nos dois jornais concorrentes, dando conta de ilicitudes em ambos os lados, Lúcio escreveu na edição nº 341, de março de 2005, que o único efeito positivo da contenda era o fato de O Liberal e Diário do Pará fornecerem à opinião pública “informações que dela sonegam quando estão em calmaria” (PINTO, 2005, p.2).

O leitor da edição dominical do dia 27 de fevereiro dos dois principais jornais do Pará teve uma dimensão do que são as elites do Estado. Tanto *O Liberal* quanto o *Diário do Pará* dedicaram suas manchetes de capa a denúncias mútuas sobre desvio de recursos públicos para fins ilícitos e associação criminosa, com significativos pontos de contato entre ambas as denúncias.

Sob a manchete “Escândalo da Sudam, 6 anos depois – Todos ricos, todos soltos”, *O Liberal* acrescentou dois itens: (“1 – Até agora, nenhum dos mais de 40 denunciados por desvio de verbas foi parar na cadeia; 2 – Consórcio da morte da irmã Dorothy envolve a máfia de fraudadores da Sudam”) e um texto de chamada da matéria: “Apesar de terem sido denunciados pelo Ministério Público Federal, há três anos, pelo desvio de R\$ 1,2 bilhão dos cofres da Sudam, dezenas de políticos, empresários e servidores continuam soltos e prosperam em suas atividades. Entre os envolvidos está o deputado federal Jader Barbalho. Segundo autoridades, o esquema que fraudava a extinta Sudam tem ramificações com o crime organizado na região da Transamazônica”.

Já o *Diário do Pará* apregoou em sua capa: “Hotel fantasma de Maiorana desviou milhões da Sudam”. O texto de chamada completava: “O empresário Romulo Maiorana tomou empréstimo de R\$ 2,5 milhões da extinta Sudam para construir um hotel no igarapé Marajá, no município de Novo Airão (AM), a 65 km de Manaus. Até hoje, oito anos depois, o empreendimento não saiu do papel – nem os recursos foram devolvidos aos cofres públicos” (PINTO, 2005, p. 1-2).

No artigo, Lúcio Flávio lembra que as denúncias de O Liberal não são novas, mas voltaram a gerar interesse pela associação de alguns beneficiários de fraudes na Sudam, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, com madeireiros e fazendeiros acusados de patrocinar a morte da freira Dorothy Stang, em fevereiro de 2005. No caso da matéria do Diário, sua virtude, diz Lúcio, está em mostrar que “os Maiorana tratam de fraude de incentivos fiscais como raposa falaria de galinheiro”. Isso porque os irmãos

Romulo e Ronaldo também estariam envolvidos em suspeitas de irregularidades na Sudam, o primeiro com o hotel no Amazonas e o segundo, com uma fábrica de refrigerantes em Ananindeua, na região metropolitana de Belém.

Moral da história: os dois lados têm razão quando se acusam. Mas não quando se defendem. Isto quando chegam a se defender, o que raramente fazem. Parecem partilhar o entendimento de que a melhor defesa é o ataque. Ao outro, claro. Só por esse motivo, um efeito positivo de suas brigas é fornecer à opinião pública informações que dela sonham quando estão em calmaria (PINTO, 2005, p. 2).

Pouco mais de dois anos depois, em fevereiro de 2007, fez análise similar, ao afirmar na edição nº 385 que Liberal e Diário praticam jornalismo sensacionalista, sem compromisso com a elucidação dos fatos e onde o objetivo final “é atingir, ofender e sangrar o adversário”:

Nessa guerra, o jornalismo, com seus princípios e normas, é detalhe – e detalhe absolutamente irrelevante: ele serve apenas de instrumento para o acerto de contas entre os dois grupos (mas eles não têm motivo algum para se julgar ofendidos se forem chamados de máfias).

Ambos têm quase sempre razão quando se atacam e quase não têm nenhuma quando se defendem. Nessas constantes e crescentes escaramuças, parece mais fácil atacar Jader Barbalho. Afinal, ele é – e sempre foi – um político profissional. Foi o que herdou do pai [*Laércio Barbalho*], também político – patrimônio que logo tratou de multiplicar, ampliando essa herança várias vezes. Ele estaria agora enfrentando problemas [...], mas não seria o belzebu da corrupção, como é apresentado no Pará, se não tivesse se tornado empresário – e empresário no mesmo segmento de negócio dos Maiorana.

[...]

A imprensa, mediadora e intérprete da sociedade em relação ao poder institucional (e suas pulverizações, ou agregações informais), não pode pretender ser, ela própria, um poder autônomo – e, como acontece no Pará, sem limites [...] (PINTO, 2007, p. 2-4).

Em janeiro de 2005, o *Jornal Pessoal* seria pivô de um episódio de agressão à liberdade de imprensa, que por alguns dias transformaria o jornal em notícia. Involuntariamente, em função da repercussão que o caso obteve, o periódico passou a ser

conhecido por parcela da população paraense que jamais ouvira falar do alternativo editado por Lúcio Flávio Pinto.

No início da tarde de 21 de janeiro, Lúcio foi agredido dentro de um restaurante, em Belém, pelo empresário Ronaldo Maiorana. Advogado, presidente da Comissão de Defesa da Liberdade de Imprensa da seção local da OAB, Ronaldo é diretor-editor corporativo das Organizações Romulo Maiorana. É o mais novo dos filhos do fundador do grupo.

O empresário agrediu Lúcio Flávio pelas costas e o ameaçou de morte em represália ao artigo intitulado “O rei da quitanda”, veiculado na edição nº 337 do JP, de janeiro de 2005 (Anexo T). O artigo analisa o poder desmesurado que o irmão de Ronaldo, Romulo Maiorana Júnior, exerce no Pará. Afirma Lúcio, no texto:

O poder de Romulo Maiorana Júnior, o principal executivo do maior grupo de comunicação do Norte do país, contrasta com a situação de um Estado destituído de informação, de opinião e de posição. O grupo Liberal é mais poderoso do que o Estado no qual atua. Mais do que um título, esse é um epitáfio: o que lhe dá força é o que enfraquece o Pará.

[...]

Grande parte dos consumidores que acreditam no produto dos veículos Liberal acredita por falta de opção. O quase-monopólio dos Maiorana cria um estado de inércia difícil de romper: seus clientes não se sentem estimulados a buscar sucedâneos, ou simplesmente essa alternativa não existe para eles. No caso da TV, em função do domínio arrasador da Globo. Em relação à mídia impressa, porque nenhum competidor enfrentou-os com o investimento requerido para derrubar uma situação de décadas, nem o Diário do Pará, do deputado federal Jader Barbalho, claudicante na profissionalização e tímido no capital de risco.

[...]

Quando o negócio da informação se reduz a uma quitanda, o poder jornalístico se torna uma fonte de poder pessoal, imenso para quem o exercita e absolutamente vazio para todos os demais, e a informação, uma banana. É o que, em boa medida, explica o estado de prostração no qual o Pará se encontra, incapaz de entender seu drama, por falta de informações, e submisso à vontade do soba, que o manipula conforme seus caprichos.

O poder enorme de Romulo Maiorana Júnior, solitário e caprichoso, é a contrafação da impotência do Estado no qual esse poder se nutre (PINTO, 2005, p. 1).

Na nota ao público divulgada no dia seguinte à agressão, 22 de janeiro, Lúcio Flávio argumentou:

[...] Como Ronaldo Maiorana proclamou, aos brados, que vai me matar para que eu “nunca mais fale” de sua família, a partir de agora ele é o responsável por qualquer violência que me vier a acontecer, seja a praticada pessoalmente por ele, seja a acertada com seus cães de fila, sobre os quais pesa a suspeita de integrarem a corporação de polícia organizada para defender a coletividade [*no momento da agressão a Lúcio, dois policiais militares e paisana acompanhavam Ronaldo Maiorana*].

Não me intimidarei. Continuarei a fazer o jornalismo que sempre fiz ao longo de quase 40 anos e a reagir a todas as violências, contra mim e contra terceiros. Tomarei também as providências administrativas e judiciais cabíveis contra esse cidadão que se considera acima do bem e do mal, dono do Estado.

Como não estou à venda, não sou covarde e jamais me curvei aos prepotentes, mesmo que esteja ao seu alcance o maior dos poderes, faço minhas as famosas palavras da lendária heroína espanhola, La Pasionária: “No pasarán”. Não passarão sobre mim pessoas indignas como Ronaldo Maiorana.

Em 20 anos de história do *Jornal Pessoal*, Lúcio Flávio Pinto foi acionado 33 vezes na Justiça do Pará. Dezenove processos foram arquivados e 14 continuavam em tramitação em janeiro de 2008, sendo seis cíveis e oito penais. Desses, seis ações penais e quatro cíveis são iniciativas dos irmãos Ronaldo e Romulo Maiorana Junior. Os irmãos Maiorana em conjunto (incluindo Rosângela, a primeira a processar Lúcio, em 1992) moveram 13 ações penais e cinco cíveis contra o editor do JP. Das penais, sete já foram arquivadas. As ações cíveis estão em tramitação. Em uma delas, Rosângela pede que Lúcio seja proibido de citar seu nome no jornal.

Os outros processos judiciais em andamento foram movidos pelo empresário Cecílio do Rego Almeida, recentemente falecido, que se declarava dono de uma área de sete milhões de hectares na região do rio Xingu, e pelo desembargador João Alberto Paiva, criticado pelo jornalista por ter concedido liminar favorável a Rego Almeida em ação movida no caso das terras, que estão sob suspeita de grilagem.

Até o momento, Lúcio sofreu três condenações na Justiça, em ações movidas por João Alberto Paiva, Cecílio do Rego Almeida e Rosângela Maiorana Kzan. O editor do JP recorreu em todos os casos e as ações tramitam em instâncias superiores. Ainda não perdeu, portanto, a primariedade.

O processo mais recente, uma ação penal por difamação e injúria, foi movido em setembro de 2007 por Cecílio Almeida. Refere-se a um artigo publicado na edição nº 393,

de junho de 2007, no qual Lúcio analisa sentença aplicada à revista *Veja* em decorrência de reportagem sobre as terras do Xingu, quando foram apresentadas denúncias contra o empresário. Em 2005, Lúcio foi condenado por danos morais em razão de artigo no qual o dono da C.R.Almeida é chamado de “pirata fundiário” (nº 203, de janeiro de 1999).

Entre as ações arquivadas se encontram quatro movidas pelo madeireiro Vandeir dos Reis Costa, duas do ex-prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues, e outras duas da desembargadora Maria do Céu Duarte. Em dois processos movidos por Edmilson na Justiça Eleitoral, o editor do *Jornal Pessoal* foi absolvido. A Lei de Imprensa (nº 5.250/67) foi usada contra Lúcio em todas as ações penais.

Pelos cálculos do jornalista, sua defesa já produziu mais de três mil laudas em 15 anos de contendas judiciais. Diretamente envolvido na preparação das peças, afirma possuir pelo menos 1.200 livros de direito em sua biblioteca, o que o transformou – segundo sua própria avaliação – em um dos maiores especialistas em Lei de Imprensa do país. Freqüentador assíduo do Fórum de Belém, onde se mantém informado sobre o andamento das ações, evita viagens para fora do Estado. Seu maior temor é a perda de prazos, e, por consequência, da primariedade.

Sobre a pressão judicial que enfrenta, escreveu na edição especial do 20º aniversário do JP: “O uso imoderado, excessivo e abusivo da justiça se tornou, no Pará, num instrumento de cerceamento ao direito constitucional de informações, que, para um jornalista consistente, é também um dever”. Por conta da multiplicação de ações, diz ter perdido a liberdade, o tempo e as condições operacionais que o jornalismo exige. “Há muitos anos meus fins de semana são as forjas deste jornal, que costumo escrever de um só impulso, principalmente nesses dois dias, reservados ao descanso e ao lazer. É uma boa maneira de errar, sobretudo aquele erro que resulta do [...] esgotamento das faculdades mentais” (PINTO, 2007c, p. 2).

### **Considerações finais**

Ao intervir com seu *Jornal Pessoal* na esfera pública midiática, contaminada pela necessidade de lucro, prestígio político e drama (JACOBY, 2003; HABERMAS, 1984, 2006), Lúcio Flávio Pinto combina a vocação para o antagonismo e a crítica às elites com

os anseios de um público leitor certamente desejoso de ir além das abordagens oferecidas pela imprensa empresarial.

Trata-se de um intelectual “público”, no sentido aplicado por Jacoby ao termo, e certamente “tradicional”, no conceito gramsciano. Lúcio não está atrelado a grupos ou partidos. Seu compromisso é com o momento histórico que vive e com a defesa de valores universais. Neste papel, cujo meio de intervenção na realidade social é o *Jornal Pessoal*, Lúcio é um espírito *outsider*, autônomo, aberto à polêmica, e que, movido por causas e responsabilidades que chamou a si, dispõe-se a participar dos embates de sua época.

Usando o meio impresso como tribuna, Lúcio se empenha em não perder o “foco”, segundo a formulação harbemasiana: por mais que as idéias do jornalista estejam disseminadas em milhares de páginas na web, seu lugar de expressão reconhecido socialmente é o *Jornal Pessoal*. O editor entende que o formato impresso, ainda que modesto, é a melhor maneira de sobreviver ao “transbordamento” comunicacional dos novos tempos.

O distanciamento das rotinas produtivas do jornalismo foi a solução que Lúcio encontrou para exercer plenamente a condição de intelectual. Na consolidação desse papel, no entanto, serviu-se do lastro de credibilidade obtido na passagem pela grande imprensa, onde pôde constituir e qualificar uma audiência sensível aos problemas regionais.

As análises de Lúcio Flávio não estão isentas de idiosincrasias – e nem se poderia supor que estivessem. Certamente embutem experiências pessoais, afetos, visões de mundo, expectativas e conflitos, mas principalmente aquilo que Habermas (2006) chama de “sensibilidade desconfiada”. Em política, como se depreende dos exemplos citados neste capítulo, Lúcio é quase sempre um pessimista. Contudo, à maneira de Gramsci, o próprio jornalista costuma recomendar “o otimismo da vontade e o pessimismo da razão”.

No desempenho do papel de intelectual público, Lúcio Flávio gradativamente abandonou a condição de mediador de informação para assumir o status de “voz especializada”, de disseminador de saberes sobre a região, o que motivou o crescente reconhecimento do meio acadêmico, como se atestou na introdução deste trabalho. É por essa razão que praticamente inexitem fontes de informação – pelo menos aparentes – nos textos do JP; o produtor de conhecimentos ali compartilhados é, em última análise, o próprio Lúcio Flávio.

As posições que Lúcio Flávio toma e causas que defende revelam a construção de um pensamento permanente sobre os problemas do Pará e da Amazônia, pensamento este seguramente aberto à defesa de causas universais e, por essa razão, em evidente conflito com os grupos de poder.

## REFERÊNCIAS

BOBBIO, N. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

CHOMSKY, N. *Language and responsibility*. New York: Pantheon, 1979.

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

HABERMAS, J. “O caos na esfera pública”. *Folha de S. Paulo*, Caderno Mais, 13 ago. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/inde13082006.htm>>. Acesso em: 18. ago. 2006.

JACOBY, R. *Os últimos intelectuais*. São Paulo: Trajetória Cultural; Edusp, 1990.

### Jornal Pessoal

PINTO, L. F. “O novo imperador”. Ano III, nº 55, 2ª quinz. jan. 1990, p. 1-2.

\_\_\_\_\_. “Imprensa – A guerra de cifrões”. Ano IV, nº 70, 2ª quinz. jul. 1991, p. 1-3.

\_\_\_\_\_. “Política – Uma guerra viciada”. Ano XIV, nº 253, 2ª quinz. fev. 2001, p. 1-3.

\_\_\_\_\_. “O rei da quitanda”. Ano XVIII, nº 337, 1ª quinz. jan. 2005, p. 6-7.

\_\_\_\_\_. “Elite – Guerra vai continuar?”. Ano XVIII, nº 341, 1ª quinz. mar. 2005, p. 1-2.

\_\_\_\_\_. “O jornal do leitor”. Ano XXI, nº400, set. 2007, p. 1-2.